

MULHERES E FARDA



Cel Carlos Alberto da Costa Gomes

Turma Tiradentes AMAN 1977

Doutor em Ciências Militares pela ECEME

Currículo Plataforma Lattes |8714842360803219

Gina Emília B.O.C. Gomes

Advogada e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea

Currículo Plataforma Lattes |6647328391892736

E.mail ginacgadv@gmail.com

Trata-se de importante trabalho de História do Exército pouco abordado e que para amplo conhecimento o republicamos no site www.ahimtb.org.br em Exército em Livros e Plaquetas. Cel Claudio Moreira Bento, historiador militar e jornalista. Artigo reproduzido da Revista Jurídica UNICEUSA, Direito, Justiça e Sociedade/Centro Universitário de Salvador (UNICEUSA); Instituto Salvador de Ensino e Cultura (ISEC-FACSAL)-v.1 Fevereiro/Maio –Salvador:Uniceusa 2020,p.121/133,

Resumo

Exame da situação da mulher enquanto membro das Forças Armadas Brasileiras, onde ela é integrante, com ou sem encargos de família e da mulher, esposa e filha enquanto família dos membros das Forças Armadas. Suas dificuldades e progressos. A importância da visibilidade da questão decorre do fato de ainda não haver sido realizado um estudo exploratório e nem revisão de literatura própria e suficientes sob a perspectiva de gênero da relação da mulher com os militares e das mulheres militares com a profissão, considerando as relações familiares. Utilizou-se a história oral temática, pesquisa bibliográfica e documental para se percorrer a base histórica até a construção da realidade contemporânea e nesta os depoimentos daqueles que viveram esta realidade para compreender os diferentes pontos de vista. De enfermeiras à cantineiras e até esposas, inicialmente, as mulheres acompanhavam os exércitos desempenhando diversos papéis. Foram muito bem vindas, porém, não participavam dos combates.

Questões de gênero, preconceitos e discriminação permearam as relações e influenciaram as regulamentações que, em diversas ocasiões, além de serem muito severas, objetivavam a exclusão pura e simples das mulheres. Outras determinavam, por exemplo, que não tivessem direito a soldo e nem fossem arraçoadas. Somente na última década do século passado a mulher brasileira pôde vestir a farda. Além da influência nas regulamentações e costumes, destacam-se, no plano familiar, situações vivenciadas pelas mulheres no cotidiano da vida militar, na sociedade e nas diversas relações. O objetivo geral é apresentar as principais características da questão de gênero nas relações familiares e profissionais nas Forças Armadas Brasileiras. Evidenciou-se a prevalência de um modelo histórico de exclusão que evoluiu para uma inclusão parcial, a caminho de uma inclusão total?

Palavras- chave: Gênero. Mulher Militar. Forças Armadas. Mulheres.

Women and uniform

Abstract

Examination of the situation of the woman while member of the Brazilian Armed Forces, where she is integrant, with or without incubencies of family and the woman, wife and son while family of the members of the Armed Forces. Her difficulties and progress. The importance of the visibility of the question elapses of the fact that yet to have been carried through an exploratory study and nor revision of proper literature and sufficients under the perspective of sort of the relation of the woman with the military and the military women with the profession, considering the familiar relations. It was used thematical verbal history, bibliographical research and documentary thematic history to cover the historical base until the construction of the reality contemporary and in this the depositions of that they had lived this reality to understand the different points of view. From nurses to females tavern-keepers and until wives, initially, the women followed the armies playing various papers. They had been very well 122 comings, however, they did not participate of the combats. Questions of gender, preconceptions and discrimination permeated the relations and had influenced the regulations that, in diverse occasions, beyond being very severe, objectified the pure and simple exclusion of the women. Others determined, for example, that they did not have right on salary and nor they were allowed to have ration. Only in the last decade of the last century the Brazilian woman could dress the military uniform. Beyond the influence in the regulations and customs, they are distinguished, in the familiar plan, situations lived deeply for the women in the daily one of the military life, in the society and the diverse relations. The general objective is to present the main characteristics of the question of sort in the familiar and professional relations in the Brazilian Armed Forces. It was proven prevalence of a historical model of exclusion that evolved for a partial inclusion, on the way to total inclusion?

Keywords: Gender. Military woman. Armed Forces. Women

Introdução

Há notícias de que na família primitiva a mulher se apresentava “em pé de igualdade” com o homem. Sabia como enfrentar e se defender. Eram, por essência, corajosas (CAIRE, 2002). Os “conselhos” femininos eram levados em conta até como algo “divino e profético”. Em um mundo que descortinava a regulação dos direitos, havia o costume de se permitir a ida de mulheres e até crianças à guerra para, paradoxalmente, a própria proteção e assim das famílias. Existiam leis específicas como a Lei Sálca francesa¹ que continha mecanismos para evitar que fossem ofendidas, prevendo-se multas para quem as tocassem nas mãos, nos braços e nos seios variando, respectivamente de quinze, trinta e sessenta souls de ouro.

Já nos séculos XVI a XVIII, no Antigo Regime francês, provavelmente, devido ao crescimento da influência do antifeminismo dos gregos e romanos além dos credos cristãos (que consideravam a mulher como parte do pecado), surgiu o mito da inferioridade da mulher. Contudo, mesmo assim, a companhia feminina nas forças armadas continuou sendo admitida nas condições de “escrava” ou mulher que acompanhava o marido. Quando as mulheres da família não mais o fizeram, outras, conhecidas como “mulheres que acompanhavam os exércitos” passaram a ser, toleradas, quando não “perseguidas”, (CAIRE, 2002).

Seja durante a Idade Média, seja no decorrer do Antigo regime, seja ao tempo da Revolução e do Império, elas seguiram exércitos como esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadorias antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivandeiras e lavadeiras (CAIRE, 2002, p.18).

Neste novo status, um grande número de mulheres que seguiam as tropas participava 1 Código que regulava todos os aspectos da vida em sociedade desde os crimes, impostos, calúnia, estabelecendo indenizações e punições entre os Francos no século V (provável reinado de Clóvis I) utilizado por Carlos Magno. 2 CAIRE, 2002, p.18 123 ativamente da vida dos soldados sendo, muitas vezes, vítimas de violência, de doenças venéreas e, inclusive, do alcoolismo. Todos os regimentos possuíam lavadeiras, vivandeiras etc. Eram tantas que houve, inclusive, regulamentação a respeito da quantidade de mulheres autorizadas a acompanhar as tropas e no sentido de não terem direito a soldo e nem de serem arraçoadas (PERNIDJI. 2010)

Com relação às poucas mulheres-soldados, a princípio, se alistavam disfarçadas de homens porque o combate, na guerra, era considerado “coisa de homem” e o papel das mulheres era ficar na retaguarda. O regime patriarcal imperava. Questões de gênero, preconceitos e discriminação permearam as relações e influenciaram as regulamentações que, em diversas ocasiões, além de serem muito severas, objetivavam o impedimento (a exclusão) puro e simples das mulheres das lutas. Embora, em outras partes do mundo, algumas mulheres tenham combatido e chegado a ocupar postos relevantes. O patriarcalismo influenciou mais que as regulamentações e costumes profissionais, destacou-se também no plano familiar influenciando situações vivenciadas pelas mulheres no cotidiano da vida familiar militar, nas suas relações com a sociedade. A importância da visibilidade da questão decorre do fato de ainda não haver sido realizado um estudo exploratório e nem revisão de literatura própria e suficiente sob a perspectiva

de gênero da relação da mulher com os militares e das mulheres militares com a profissão, considerando as relações familiares.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar as principais características da questão de gênero nas relações profissionais e familiares nas Forças Armadas Brasileiras em geral, tomando-se como referência a força de maior efetivo: o Exército.

O exame da situação da mulher enquanto membro das Forças Armadas Brasileiras, como integrante, com ou sem encargos de família e da mulher enquanto família dos membros das Forças Armadas, como esposa e filha, suas dificuldades e progressos será realizado à luz da história oral temática, pesquisa bibliográfica e documental. Percorre-se a base histórica até a construção da realidade contemporânea, confrontando-se com os relatos, pontuando-se a mulher militar no Brasil; a chegada aos quartéis; a mulher na família militar e as considerações finais.

A mulher militar no Brasil.

Entende-se que as recentes transformações no âmbito do trabalho feminino decorrem, igualmente, das transformações da família advindas, principalmente, das relações de gênero. 3 Define-se história oral temática “Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistado sobre algum evento definido” (MEIHY, 1998, p.51) 124 Esse fato promoveu e ainda promove uma organização e reorganização da vida social em geral onde a característica hierárquica cultural se vê enfraquecida frente à autoridade patriarcal. Nesse contexto, apesar de ainda existirem resquícios do patriarcado na sociedade em geral, em alguns setores (em maior ou menor grau), nas Forças Armadas ele se manifesta, predominantemente, não “na dominação-exploração das mulheres pelos homens”, mas na construção do masculino e do feminino onde a hierarquia é presumida pelas próprias características iniciais das funções. Para Saffioti (2004), o patriarcado atravessa a sociedade como um todo, não se restringindo apenas ao ambiente familiar alcançando, inclusive as próprias instituições sociais. Constata-se a outra dimensão do poder que não se trata de uma relação diretamente associada ao exercício da autoridade masculina, mas de manifestações do poder simbólico que é uma forma sutil de exercício do poder. “O poder simbólico não pode ser exercido sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder” (BOURDIEU, 2009, p.50). Assim as relações entre as mulheres e a farda têm se apresentado, muitas vezes concebidas sob formas sutis de exercício do poder tanto na relação profissional quanto, em alguns casos, nas relações familiares.

A patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército brasileiro foi a primeira mulher (efetivamente registrada) a participar de combate. Maria Quitéria de Jesus alistou-se disfarçada de homem⁴, mas, por suas qualidades, foi admitida entre os homens na luta pela independência do Brasil na Bahia. De fato, não assinalou uma mudança, mas uma exceção, continuou sendo vedada a presença de mulheres armadas. Assim, de fato, a participação das mulheres no Exército brasileiro só veio a ocorrer durante a Segunda Guerra Mundial (1943), como enfermeiras, não como combatentes,

mas, mesmo assim, cessado o conflito, foram condecoradas e na sua quase totalidade “licenciadas do serviço ativo”.

Só recentemente, na última década do século passado e primeiros anos do século XXI, a mulher brasileira passou a “vestir a farda”. A Escola de Administração do Exército – EsAEx com sede em Salvador/ BA (BRASIL a, 2011) matriculou a primeira turma de 49 mulheres, em 1992, através de concurso público. A Escola prepara recursos humanos para a Força Terrestre das áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Magistério, Informática, Economia, Psicologia, Veterinária, Enfermagem e Comunicação Social. Em 2010 a EsAEx foi transformada na Escola de Formação Complementar do Exército - EsFCEEx – englobando os 4 Alistou-se disfarçada de homem no primeiro Regimento de Artilharia, como soldado Medeiros. Quando desmascarada sofreu indiciamento e julgamento militar. Inocentada foi incorporada ao Batalhão dos Voluntários do Príncipe. Maria Quitéria de Jesus merecidamente foi designada Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, em 1996. 125 Cursos de Formação de Oficiais de Odontologia e Farmácia provenientes da Escola de Saúde do Exército (EsSEEx), aos Cursos de Formação de Oficiais do Quadro Complementar. Ainda em 1996 foi instituído o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior

Em 1997 O Instituto Militar de Engenharia – IME no Rio de Janeiro - RJ, matriculou a primeira turma de alunas, com 10 mulheres no Quadro de Engenheiros Militares. A Escola de Saúde do Exército – EsSEEx com sede no Rio de Janeiro –RJ, igualmente naquele ano (1997) matriculou e formou a primeira turma de oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, para o Quadro de Saúde do Exército.

Em 1998, foi instituído no Exército o Estágio de Serviço Técnico, para profissionais de nível superior que não fossem da área de saúde. Foram incorporadas 519 mulheres advogadas, administradoras de empresas, contadoras, professoras, analistas de sistemas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, entre outras áreas das ciências humanas e exatas, atendendo às necessidades de Oficial Técnico Temporário (OTT) da Instituição.

A Escola de Saúde do Exército em 2001, também instituiu concurso público para o preenchimento de vagas femininas no Curso de Sargento de Saúde que passou a funcionar em 2002.

Em nosso país a primeira academia militar que admitiu mulheres em seu corpo de cadetes foi a Academia da Força Aérea- AFA (BRASIL b, 2011). Ingressam por concurso público e fazem o curso com quatro anos de duração. Além do ingresso através da Academia da Força Aérea as mulheres também podem ingressar nos cursos de adaptação para médicos, dentistas e farmacêuticos (CAMAR/CADAR/CAFAR), e no quadro de oficiais engenheiros da Aeronáutica. Cabe registrar que no ano de 2011, finalmente tivemos a primeira mulher brasileira a comandar um caça a jato, a tenente-aviadora Carla Alexandre Borges.

Em 1980 a Marinha do Brasil passou a incorporar mulheres nos serviços nas áreas de medicina, engenharia, arquitetura, construção civil, pedagogia, contabilidade, administração, direito, história, comunicação social, além de museologia, biblioteconomia, informática, economia, serviço social, psicologia, entre outras com a criação do Corpo Auxiliar, evidenciando o pioneirismo na participação de mulheres nas Forças Armadas. Mais tarde, foi ampliado para outros quadros da força. Em 2012 foi promovida a primeira mulher a Oficial General das Forças Armadas Brasileiras, a Contra Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes, médica. Em 2014 foi admitida a primeira turma de Aspirantes femininas com 12 vagas para o oficialato. A partir de 2017 as mulheres na marinha também podem fazer parte do Corpo de Praças da Armada.

Em 2016 foi dado o primeiro passo para o ingresso de mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras. Após um longo período de preparação para a admissão de mulheres na AMAN, que incluiu além da capacitação dos militares envolvidos na formação, medidas burocráticas, administrativas, jurídicas e obras estruturais, foram admitidas, em 2018, 34 mulheres oriundas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPeCEX, 2017), em Campinas SP. Esta é a primeira turma mista de novos cadetes da AMAN. Elas compartilham, igualmente, com os demais cadetes dos mesmos exercícios e instruções previstos ao longo do curso. A formação tem a duração de cinco anos sendo que o primeiro ano é feito na EsPeCEX (Campinas) e dos demais na AMAN (Resende).

Assim as mulheres podem ingressar nas três forças, como praças ou como oficiais. Mesmo assim, a presença da mulher militar nos quartéis caracterizou uma mudança significativa que será examinada a seguir.

A chegada das mulheres aos quartéis

A visão inicial dos homens

A cultura militar brasileira é resultado de cinco séculos de história que caracterizaram uma verdadeira Nação Armada (Hayes, 1991). Nas primeiras milícias, no Terço de Tropa, nos engenhos e fazendas e nas Entradas e Bandeiras, de forma quase que exclusiva, o comando e a luta cabiam ao homem, restando à mulher, além da carga e da roça (costume indígena) o papel de coadjuvante. Desta forma o linguajar, a virilidade, os alojamentos, os uniformes, as práticas, os regulamentos são resultantes desta cultura que foi institucionalizada em regulamentos. Destaca-se a contribuição da própria formação realizada nas Forças Armadas. Apesar do histórico embate na definição do modelo de formação militar que gerou tanto os “Engenheiros e Bacharéis Militares” formados nas escolas, como os “Práticos Tarimbeiros” formados nas lides das campanhas do século XIX, que evoluiu para o modelo atual de formação profissional, nunca houve, nem em tempos recentes, mesmo após a inclusão da mulher nas Forças Armadas de um número considerável de países, a aceitação plena de sua presença nas escolas militares. Em essência, o sistema que formou no passado ainda é o mesmo formador dos profissionais das armas. São estes militares que receberam as mulheres em seu local de trabalho. Alguns relatos de oficiais que estavam em funções de comando em

unidades que receberam as primeiras mulheres possibilitam entender parte da questão de gênero:

Falando sinceramente não entendia e não entendo a presença da mulher dentro de um quartel, em um hospital pode ser, mas no quartel? Não aguentam correr, saltar, são cheias de frescuras, de unhas, de cabelo, para que uma mulher quer ser militar? Terminou que alguns não aguentaram e se enrolaram com elas (risos).

Quando participei do combate aos subversivos vi mulher muito brava, um perigo com uma arma na mão, mesmo assim eram exceções, nunca imaginei elas na linha de frente no nosso lado, e eu estava certo. Quando as primeiras chegaram no QG foi um aperto, não se podia falar claramente com elas, choravam por qualquer coisa, bastava uma chamada de atenção e vinha aquela chantagem, olhos cheios de lágrimas. Ainda bem que fui embora.

Apesar de presentes há mais de uma década nos quartéis elas, as mulheres de farda ainda são vistas com reserva.

Hoje existem mulheres que deixam muitos homens para trás nas corridas, na barra, são fortes mesmo, mais que muito homem metido a machão, mas, sinceramente, não consigo imaginar participar de uma operação junto com elas, não sei, não sinto a mesma confiança, se elas fossem combatentes não sei o que poderia acontecer na hora “H”.

São eficientes, muito boas de trabalho burocrático, técnico, mas ainda não assimilaram por inteiro a mística do militar, não sabem se impor para valer. Se escalo uma mulher eu tenho que colocar um Sargento bom para impor a autoridade. Quando recebem uma missão de última hora ponderam, questionam, querem explicações, mas acho que um dia vão chegar lá.

Sem possibilidade de exagero, a mulher era vista a partir de estereótipos criados e mantidos pela cultura militar. Vale ressaltar uma grande mudança a esse respeito na atualidade.

A visão das mulheres de farda

Tudo ainda é muito novo e necessita de adaptações, pois até então os militares estavam acostumados a trabalhar com homens. Quando as mulheres “vestiram a farda” afloraram questões como as identificadas na fala de uma mulher que deixou o serviço ativo:

Uma das coisas que me incomodava muito na vida militar era o fato de que mulher tinha que ser igual ao homem. Mas nós não somos homens! Isso não quer dizer que somos melhores nem piores, mas mulher é diferente sim! Por acaso homem menstrua? Amamenta? Tem uma sobrecarga maior na criação dos filhos? Tem uma voz fina na hora de comandar? Parece que o homem é o modelo ideal do exército e a mulher tem que ser bem parecida com eles para ser uma boa militar. Nós tínhamos que ter uma voz de comando grossa e não fina como a das mulheres em geral. Em minha opinião, essa suposta igualdade que eles pregam, não passa de dificuldade em lidar com as diferenças onde o modelo ideal é o homem, de preferência forte, que atire

bem e corra muito. Não há muito espaço, nem valorização das diferenças, porque no fundo parece que todos têm que ser "padrão". Eu via isso como uma robotização das pessoas e uma desvalorização do feminino...

Na faculdade e no meu emprego anterior, existiam mais mulheres que homens, na EsAEx entre os alunos, tudo bem, mas quando cheguei no QG eu fui a primeira mulher fardada, era engraçado, todos me olhavam como coisa de outro mundo, mesmo existindo um bom número de funcionárias, de secretárias etc. aonde eu chegava mudavam de assunto. Foi assim por um bom tempo, mais até aí tudo bem, o problema era na hora de despachar com XXXX, estava na cara que ele se sentia desconfortável, 128 parecia não acreditar...tive de provar minha capacidade todos os dias, foi cansativo. Sem querer comparar, com os homens era diferente...

Observa-se nos depoimentos selecionados, existem outros que descrevem as mesmas situações, um desconforto ou desajuste na expectativa do papel da mulher fardada. Na verdade, não se podia pretender que a mulher fizesse “papel de homem” nas Forças Armadas. Certas características masculinas esperadas das mulheres de farda são incompatíveis com a igualdade dos sexos e das funções bem como com a valorização e respeito às diferenças.

Percebe-se uma tendência vocacional nova para o contexto, mas, ao mesmo tempo, desafiadora considerando as implicações decorrentes. A percepção inicial do trabalho feminino da mulher como força auxiliar (enfermeiras, médicas etc.) não constitui dado novo, porém a função da mulher militar ainda pode ser considerada de vanguarda, ou seja, inovadora. Trata-se de vencer desafios diários e assumir as escolhas, pois certamente estas terão algum tipo de impacto sobre as relações familiares.

A família das mulheres de farda

Os pais das mulheres militares disseram que gostam e apoiam a carreira escolhida pelas filhas:

Penso que ela trilhou no caminho certo, pois a vida militar é muito disciplinar, tem boas oportunidades, além de apoiar "os seus - ou seja, os filhos da Pátria", pois são unidos, se visitam muito e estabelecem laços de apoio. Para minha filha, foi só ganho: posição social, salário razoável com a função, apoio de toda forma.

Se a mulher é solteira menos mal por outro lado se é casada ou convive com companheiro vai depender muito da profissão do mesmo. Caso seja também um militar menos mal, mas se tiver outra profissão pode ser mais difícil. Pode ser, pois há caso comprovado de perfeita compatibilidade, mas, nesse caso pelo menos por algum tempo, o esposo abriu mão do seu trabalho para acompanhar a mulher militar. Importante salientar que isso é raro de acontecer, mas não é impossível. Com referência às movimentações, ou seja, nas transferências de cidade das profissionais militares, percebe-se que há influência no caso do esposo (civil) também exercer alguma profissão estável (CAIRE, 2002). Nesse caso é mais compreensível, para a Força, a mulher acompanhar o marido. Mas o contrário, em tese, não se verifica, ou seja, o esposo não pode ser movimentado

para acompanhar a mulher (civil) de profissão estável. A situação pode se complicar, também, nas movimentações quando a mulher militar é casada com outro militar de patente inferior. Em certas situações afloram preconceitos e discriminações. Pode haver problemas na conciliação da vida profissional com a vida familiar em face da direta relação da mulher à família como ocorre em qualquer profissão. No entanto observa-se a tendência de casamento entre militares identificada no depoimento dos pais de mulheres de farda:

Respeitam, valorizam a mulher como profissional de destaque, pois a maiorias delas, geralmente casa entre eles e isso se torna interessante.... casais com as mesmas funções, os mesmos laços de amizade, as mesmas viagens

Outro depoimento de uma mãe, feliz pela filha ter escolhido a carreira militar:

Posso dizer que sou suspeita para falar da carreira militar, pois, como esposa de militar sei bem como é. Quando minha filha resolveu seguir a carreira do pai, na área do Direito Militar da Aeronáutica, fiquei feliz pois é uma carreira que apresenta estabilidade, ambiente solidário entre os colegas de trabalho e oportunidade de ascender profissionalmente. Por isso estou feliz pela escolha que ela fez.

Foram colhidos depoimentos sobre este aspecto, porém devido ao universo pequeno, julgou-se melhor não transcrevê-los para preservar os depoentes devido a facilidade de identificação.

A mulher na família militar

Em geral os militares historicamente casavam-se com mulheres ditas “de família”, educadas para cuidar do marido e dos filhos (D’INCAO in DEL PRIORI, 2010). As esposas dos militares largavam (e ainda largam) tudo para acompanhar os maridos. Tudo quer dizer casa, família, amigos, trabalho, estudos, em alguns casos os filhos. Enfim a mulher do militar em geral muitas vezes abdica ou adia projetos de vida para acompanhar o marido ou o companheiro principalmente do Exército que é a Força que mais transfere oficiais e praças. Antigamente se casavam mais cedo e por isso, muitas delas não concluíam os estudos e passavam a morar em lugares distantes e desprovidos de escolas ou com apenas para os níveis fundamentais por isso mesmo não conseguiam alavancar nenhuma carreira profissional, nenhum trabalho, pois os lugares eram tão precários que o próprio trabalho consistia no desbravamento da terra pelos maridos militares. Eram e algumas ainda são neste nosso país de dimensões continentais assim como nesta estrofe da poesia de Neyde Cabral (1969):

A nossa vida é um misto emocionante/ De cigano, guerreiro, bandeirante/ Sempre longe dos entes mais queridos/ Companheiras das lutas dos maridos/ A segui-los por ásperos caminhos/ Achando rosas onde houver espinhos.

Atualmente as mudanças nas relações de gênero decorrentes dos processos de individuação da vida em sociedade têm repercutido na vida familiar militar e a figura da esposa que cuida da casa, dos filhos e do marido vem dando lugar àquela que procura também algum tipo de realização pessoal como no estudo e/ou no trabalho. Em parte, isto

tem acontecido devido ao aumento da idade média dos casamentos (ARAÚJO, 2005) assim já se constrói a vida de casada a partir de uma profissão ou um nível de estudos mais elevado.

Tudo isso é bom, mas pode ser também muito complicado. Um processo de mão dupla. Por um lado, existe o desejo de se exercer uma profissão remunerada ou não, para se sentir útil ou até mesmo proporcionar melhores condições de vida e sobrevivência para si e seus familiares, pois a necessidade econômica é real. Por outro lado, há um misto de expectativas e conflitos pessoais especialmente se os filhos ainda forem pequenos porque nem sempre se pode contar com a rede familiar de apoio e assistência, moram longe de todos. Isso é difícil de ser compreendido quando não se vive ou viveu essa experiência. Além do mais é também muito difícil encontrar um emprego quando não se conhece nada nem ninguém no lugar onde passam a residir. Há inúmeras dificuldades de adaptação nas cidades aonde chegam:

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições ou embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora (BAUMAN, 2005. p.19).

Porém verifica-se que todas aprendem a lidar com isso, enfrentando situações das mais inusitadas como algumas relatadas a seguir:

Lembro de muitas vezes ter tido saudades da minha família, do meu emprego que deixei quando me casei, porque não era público; de viver muito a vida de quartel, porque mesmo em casa, morando em vila militar todos os assuntos giravam em torno disso.

Num misto de consciência e resignação uma opinião sincera:

Acho, não tenho a certeza, que a mais prejudicada fui eu. Abdi quei da minha vida em prol do meu marido e meus filhos. Já que não sou concursada, ficava difícil arranjar emprego. Quem iria querer empregar uma pessoa que, em algum tempo determinado, iria embora do Estado? Às vezes arrependo-me disso e outras vezes não, afinal abria mão de uma vida que era minha. Não me arrependo, principalmente, porque meus filhos são pessoas de bem. Todos formados, trabalhando. Frustei-me por não trabalhar, mas realizei-me como mãe. Comecei assim pelo casamento e, acabei gostando de mudar-me. É cansativo, mas...

Cabe ressaltar o caráter solidário da família militar. Os laços de amizade que se formam marcam profundamente a vida das famílias. Pessoas e ocasiões são lembradas com carinho e afeto. Em determinados momentos os amigos, vizinhos e colegas de quartel se apresentam e representam as próprias famílias. Vive-se numa perfeita “comunidade” de vida e de destino (BAUMAN, 2005). São milhares de “sobrinhos” e “sobrinhas” espalhados pelo mundo. Por outro lado, “com o fato de estar longe da família a gente aprende a se virar sozinha, ou seja, fica mais independente, ou amadurece”.

Todas as mulheres são unânimes quando se referem às pessoas e lugares que conheceram:

Conheci pessoas maravilhosas que eu jamais irei esquecer, conheci outros lugares e culturas...lembro de muito trabalho com mudanças, transportadoras perdendo caixotes... Também foi uma experiência enriquecedora no sentido de termos a oportunidade de conhecermos outros estados e culturas.

Com frequência foram reproduzidas situações como a narrada a seguir:

Sim, algumas vezes me senti constrangida com o fato de que certas pessoas afirmavam que eu seria uma “madame” que nada fazia, porque os soldados trabalhavam em nossas casas... que vivíamos de festas, chás e jantares. Que os militares nada faziam nos quartéis...

Quanto aos filhos e, em especial às filhas, sempre as reclamações porque não têm/tinham amigos e/ou por terem, toda hora, de deixá-los e fazerem novas amizades, porque precisam trocar de colégio e até de faculdade, tem sido um sentimento comum, como o do depoimento a seguir:

Constantes mudanças ao longo da vida, o que acarreta a inexistência de amigos de infância e adolescência com forte vínculo. Na adolescência, principalmente, isso é muito importante para a mulher, pois retira a sua referência, inclusive, de comportamento, com relação às amigas.

Algumas entendem que “o meio militar é essencialmente machista, em grau maior que o meio civil, portanto, a educação da mulher é mais repressora, especialmente com relação à sua sexualidade”. Quanto à sociabilização encontrou-se o seguinte depoimento:

A filha do militar acaba tendo que participar do círculo de amigos dentro do grupo da família militar, pelas constantes mudanças, mas nem sempre é o grupo com o qual se identifica, pois, achar o verdadeiro grupo, círculo de amigos, demanda tempo e nem sempre existe, pelas constantes mudanças.

Tem que estar sempre se adaptando ao lugar e às pessoas que conhece, e, assim, por vezes, tem que deixar suas vontades e personalidade de lado, vida de camaleão.

Em algumas ocasiões a vida social (novamente devido às mudanças), fica consideravelmente limitada ao ambiente familiar militar o que provoca para os filhos e, aqui enfocando as filhas, um “isolamento da vida usual e, quando acaba, existe um verdadeiro choque, sobretudo quando muda de meio – e passa a viver longe do antigo círculo que, de alguma forma, a isolava e protegia, mas que também tolhia”.

Perguntado a uma mãe (civil) de uma mulher militar se sentia que o ambiente é permeado por ideias patriarcalistas (de dominação das mulheres pelos homens?), obteve-se a resposta afirmativa que não havia dúvidas que estão em plano de submissão aos homens:

O homem nas forças armadas ainda representa o poderio, o controle, o modelo a ser seguido e uma coisa eu notei... as esposas deles quando não são da vida militar, são submissas às missões deles como festas, cuidar de filhos, apesar de terem vida boa, são objetos representativos, não cuidam da vida profissional, mas as que se casam com colegas, não. Participam das mesmas conversas, mas em plano de retaguarda.

Essa impressão enfatiza a visão de certa forma, preconceituosa, das pessoas que não conhecem as dificuldades de uma vida “nômade”, de ter uma vida profissional paralela, principalmente, quando não se é concursada ou até mesmo de não trabalhar fora por opção, e, por opção, acompanhar o marido/companheiro, se ocupar de cuidar dos filhos em detrimento de qualquer outra atividade. Afinal não importa o que as mulheres fizerem serão, muitas vezes criticadas e julgadas mesmo que por outras mulheres. São imputadas responsabilidades além de submissões que, na verdade, resultam da sua inserção como esposas, além de mulheres, na estrutura social dos esposos, inúmeras vezes necessárias. Não tem como ser objeto representativo pode-se participar ou não e até apoiar ou não simplesmente.

A sociedade militar é muito hierarquizada e essa hierarquia também se estende às relações familiares. Em alguns aspectos isso não é bem compreendido, mas em determinadas ocasiões e lugares é aceitável.

Considerações finais

Se no passado as leis determinavam, por exemplo, que não tivessem direito a soldo e nem fossem arraçoadas, somente na última década do século passado a mulher brasileira pôde efetivamente vestir a farda. Ainda hoje, quando se trata da movimentação de mulheres, é mais fácil que o homem consiga justificar e provocar a transferência da mulher (esposa ou companheira) que a mulher fazê-lo em relação ao homem (esposo ou companheiro). À luz dos depoimentos e das informações oficiais das Forças Singulares ficam evidentes a permanência das questões de gênero nas relações profissionais e familiares militares. Os preconceitos e discriminações do passado, ainda que minorados pelas legislações e políticas afirmativas, continuam permeando as relações sociais e influenciando as regulamentações que impedem um convívio harmonioso da mulher e do homem nas Forças Armadas.

Além da influência nas regulamentações e costumes destacam-se em relação a mulher, como esposa e filha, no plano familiar, os efeitos de uma socialização específica, entrecortada por inúmeras mudanças que terminam por impedir a construção das teias de relações (ELIAS, 1994) que sustentam a inserção na sociedade de seu tempo, vivendo-se em constante mudança de lugares, mas aprisionadas em uma única cultura.. Em relação às mulheres e farda evidenciou-se a prevalência de um modelo histórico de exclusão que evoluiu para uma inclusão parcial e atualmente pode-se dizer que caminha para a inclusão total.

Referências

ARAÚJO, Clara & SCALON, Celi (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL(a)- Exército Brasileiro: , acesso em 20 de maio de 2011.

BRASIL Exército Brasileiro:< <http://eb.mil.br>> acesso em 11 de fev.2020 BRASIL(b)- Força Aérea Brasileira:< <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php> >, acesso em 20 de maio de 2011.

BRASIL Força Aérea Brasileira: acesso 11 de fev. 2020. BRASIL(c)- Marinha do Brasil: acesso em 20 de maio de 2011.

BRASIL Marinha do Brasil :<http://www.marinha.mil.br/mulher-namarinha>> acesso 11 de fev.de2020. –

CAIRE, Raymond. **A mulher militar**. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

DEL PRIORI, Mary (Org.) & PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

HAYES, Robert A. **Nação Armada – A mística militar brasileira**, tradução de Delcy A. Doubrava, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1991.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1998. 2. ed.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. & PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Nota do Cel Bento, Publiquei trabalho intitulado **Reportagem Histórica sobre o ingresso na AMAN das primeiras cadetes femininas , as pioneiras em 17 de fevereiro de 2018**. Assunto disponível no site www.ahimtb.org.br em História da AMAN, constante em Livros e Plaquetas. O jovem cineasta e acadêmico da AHIMTB-RJ editou filme por sua Empresa Pátria Filmes intitulado Estas mulheres de farda destacando as enfermeiras brasileiras que durante a 2ª Guerra Mundial atuaram na FEB, na FAB e na Marinha de Guerra uma justa homenagem a estas heroínas em especial as do Exército que se apresentaram voluntárias. Mata Roque faz uma tomada geral das atuais enfermeiras na Marinha onde existe uma Almirante Médica e no Exército e Força Aérea uma coronel em cada força. As mulheres militares abordadas na presente matéria **Mulheres e a Farda** e mais as mencionadas na presente nota pode permitir um matéria que integre os 4 assuntos. Ao final de 2021 serão declaradas Aspirantes a Oficiais as primeiras mulheres combatentes do Exército.

Digitado por Camila Renê